

## A IGREJA EM DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS E JUVENIS NO BRASIL

### *THE CHURCH IN DIALOGUE WITH STUDENT AND YOUTH MOVEMENTS IN BRAZIL*

*Edmilson José Zanin<sup>1</sup>*

**Resumo:** No ano de 1968 eclodiram inúmeros movimentos contestadores em muitos lugares do mundo: França, Alemanha, Estados Unidos, Brasil, México, dentre outros. Com formas, objetivos, alcance e organização variados, um ponto comum importante foi a questão da juventude ou, de forma mais precisa, do Movimento Estudantil. Foi uma onda que abalou jovens de várias partes do mundo, foi período denominado de contracultura. Ocorreu naquele período uma verdadeira revolução de costumes, onde se sentia a necessidade de quebrar velhos tabus e destruir valores estabelecidos. Essa reivindicação por um estilo diferente contestava e criticava radicalmente os padrões ocidentais até então estabelecidos, e buscava novas formas e canais de expressão, trazendo dessa maneira à tona quebra de paradigmas estabelecidos, tais como: a liberdade sexual, o fim do autoritarismo no relacionamento entre pais e filhos, na escola e em outras situações, do novo papel da mulher na sociedade, dos direitos das minorias étnicas, do respeito ao meio ambiente. No Brasil essa radicalidade se manifestou nesse período, sobretudo dentro das universidades. O resultado dessas manifestações foi reflexo não somente do sistema político a qual passávamos, mas também do movimento estudantil mundial, do qual podemos destacar o maio de 68 na França, onde milhares de estudantes foram às ruas da capital francesa. Dentro dessas perspectivas os jovens da geração de 1968 no Brasil, acreditavam na possibilidade de tornar realidade seus sonhos, um mundo, ou melhor, um país democrático, sem autoritarismo, discriminação e alienação. O ano de 1968 repercutiu no cenário nacional, como um ano com grandes confusões no país. Os jovens vão às ruas em milhares de passeatas, como as dos Cem Mil, estudantes são presos em congresso, outros são brutalmente machucados e até mesmos mortos. Foi marcante a atuação da juventude católica brasileira através das organizações da JAC (Juventude Agrária Católica), da JEC (Juventude Estudantil Católica), da JIC (Juventude Independente Católica), da JOC (Juventude Operária Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica). E foi através dessas organizações e movimentos juvenis que a Igreja no Brasil se aproximou, embora ainda de maneira tímida do povo se conscientizando do protagonismo dos leigos tão bem trabalhado na constituição “*Gaudium et spes*” do Concílio Vaticano II. Assim a Igreja começa compreender a necessidade de dialogar com os movimentos sociais, especificamente com os movimentos juvenis. Prova disso foi a realização da II Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín onde se refletiu sobre o papel da juventude na América Latina inclusive afirmando a importância das organizações e movimentos católicos de juventude de caráter nacional e continental.

**Palavras-chave:** História. Estudantes. Movimentos Estudantis. Atividades Políticas. Movimentos sociais. Religião.

**Abstract:** In 1968, numerous protesting movements erupted in many parts of the world: France, Germany, United States, Brazil, Mexico, among others. With varied forms, objectives, scope and organization, an important common point was the issue of youth or, more precisely, the

---

<sup>1</sup> Doutorando em Teologia Cristã pela PUC-SP. Mestre em Teologia Sistemática pela PUC-SP. Licenciatura em Pedagogia pela UNIFAC. Licenciatura em Filosofia e História pela USC. Bacharelado em Teologia pela FAJOPA. Docente na Faculdade João Paulo II (FAJOPA), em Marília. Membro do Grupo de Pesquisa Religião e Política no Brasil Contemporâneo – PUC-SP. E-mail: peedmzanin@uol.com.br

Student Movement. It was a wave that shook young people from various parts of the world, it was a period called counterculture. There was a real revolution in customs in that period, where the need to break old taboos and destroy established values was felt. This demand for a different style radically contested and criticized Western standards established until then, and sought new forms and channels of expression, thus bringing to the fore established paradigms, such as: sexual freedom, the end of authoritarianism in the relationship between parents and children, at school and in other situations, the new role of women in society, the rights of ethnic minorities, respect for the environment. In Brazil, this radicalism manifested itself in this period, especially within universities. The result of these demonstrations was a reflection not only of the political system we were living through, but also of the world student movement, of which we can highlight May 68 in France, where thousands of students took to the streets of the French capital. Within these perspectives, the young people of the 1968 generation in Brazil believed in the possibility of making their dreams a reality, a world, or rather, a democratic country, without authoritarianism, discrimination and alienation. The year 1968 had repercussions on the national scene, as a year with great confusion in the country. Young people take to the streets in thousands of marches, like those of the Hundred Thousand, students are arrested in congress, others are brutally injured and even killed. The performance of Brazilian Catholic youth was remarkable through the organizations of JAC (Agrarian Catholic Youth), JEC (Catholic Student Youth), JIC (Catholic Independent Youth), JOC (Catholic Working Youth) and JUC (Catholic University Youth). And it was through these organizations and youth movements that the Church in Brazil approached, although still timidly, the people becoming aware of the protagonism of the laity so well worked out in the constitution “*Gaudium et spes*” of the Second Vatican Council. Thus, the Church begins to understand the need to dialogue with social movements, specifically with youth movements. Proof of this was the holding of the II Latin American Episcopal Conference in Medellín, where the role of youth in Latin America was reflected, including the importance of Catholic youth organizations and movements of a national and continental character.

**Keywords:** History. Students. Student Movements. Political Activities. Social Movements. Religion.

## **Introdução**

Neste artigo queremos refletir sobre o diálogo da Teologia com os Movimentos Estudantis e juvenis no Brasil, focalizando o grande movimento estudantil de 1968, refletindo sobre a problemática: O Movimento Estudantil conseguiu abalar, de certa forma, várias estruturas de pensamento e de organização do poder, questionando conceitos, regras, emoções, crenças, quebrando assim velhos paradigmas? E de que forma a Igreja dialogou com tais movimentos?

Pretendemos inicialmente apresentar os antecedentes deste movimento que mobilizou os jovens do mundo inteiro, que teve como ponto de partida a Guerra Fria que apresentou ao mundo a concorrência entre as duas potências, uma capitalista (EUA) e a outra socialista (URSS), cujas influências procuravam exercer sobre as demais nações e a reação da Igreja no Brasil contra o comunismo e por isso a necessidade de

uma mudança da mesma em relação à sua política de relacionamento com o laicato, com a oficialização e apoio a Ação Católica que se subdividia em: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) para os jovens do campo, e a Juventude Independente Católica (JIC) que reunia os jovens que não se encaixavam nas demais categorias.

Refletiremos sobre a importância do Concílio Vaticano II que vai abrir um período de fortes questionamentos, de conflitos, avanços e, às vezes, de recuos, onde não seria possível compreender a Igreja no Brasil, sem considerar as modificações no interior da Igreja Católica trazidas pelo Concílio e as mudanças sócio-políticas da América Latina marcada pela dominação e opressão.

Dentro dos movimentos de renovação presentes na Igreja no Brasil na década de sessenta, especialmente após o Concílio Vaticano II, encontramos a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Identificados com o meio estudantil, em particular a JUC têm como primeiro espaço de ação a universidade, a qual, por natureza, tem como principal tarefa a reflexão e o trabalho sobre a cultura, tanto nas suas dimensões científica e técnica, quanto filosófica e política. O lugar da JUC pode assim ser considerado um espaço de fronteira, que se situa no ponto de contato da “periferia da Igreja” com “seu exterior”, do cristianismo com a cultura, da fé com o ateísmo. Sua ambição é fazer passar a experiência de Jesus Cristo além dessa fronteira, pela colaboração entre as pessoas.

Dentro deste contexto eclodiram os movimentos contestadores de caráter mundial, dentre eles o movimento estudantil, considerado como uma onda mundial de revoltas, a saber: A França, onde se destacaram o Maio de 68 em Paris e a greve que parou o país neste mês; a Alemanha, onde se destacaram os movimentos estudantis na então Berlim Ocidental desde o início da década de 60; a Itália, com uma greve de amplas proporções em 1969; os Estados Unidos, com amplos movimentos estudantis e de grupos de esquerda contra a Guerra do Vietnã. Na América Latina, destacam-se o México (onde o governo mexicano mandou o Exército atirar contra a multidão desarmada, matando centenas de pessoas e prendendo dois mil) e o Brasil.

Queremos mostrar também que o Movimento Estudantil de 1968 foi o ponto de partida para uma série de transformações políticas, éticas, sexuais e comportamentais, que afetaram as sociedades da época de uma maneira irreversível. Ele proporcionou a criação de um espaço para novos temas políticos, por exemplo, no que se refere à

condição feminina, dos negros e das minorias em geral, dos movimentos ecologistas, das organizações não-governamentais, etc... Sem esquecer o seu impacto na educação tradicional, de modo particular nas universidades, que não respondiam mais as expectativas da juventude ávida por um novo mundo, devido às insuficiências dos programas, o conservadorismo, o rigor das estruturas burocráticas acadêmicas, a ausência de criticidade e de democracia nas relações internas.

Diante de tantas contestações a Igreja é impulsionada a abrir diálogo com os movimentos estudantis e sociais, sendo ela o canal para a participação sócio-política dos mesmos durante a década de 70 e também o caminho para a conscientização destes grupos populares que mais tarde se organizaram para lutar por questões sociais mais específicas, como foi o caso da Pastoral da juventude que nasceu destes movimentos estudantis e que hoje atuam na Igreja e na sociedade.

## **Desenvolvimento**

Finalizada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), estourou a Guerra Fria. Ela apresentou ao mundo a concorrência entre as duas potências, uma capitalista (EUA) e a outra socialista (URSS), cujas influências procuravam exercer sobre as demais nações.

Nesta luta contra o comunismo, a Igreja empreendeu suas forças e incentivou a multiplicação das dioceses nas regiões onde faltavam sacerdotes e onde havia a necessidade de sua instalação.

Nas décadas de 1950 e de 1960, observa-se no Brasil a expansão da esquerda, visualizada principalmente através da ação do Partido Comunista Brasileiro, uma vez que, mesmo na ilegalidade, os seus membros conseguiram agir entre os sindicatos e em outras organizações da classe trabalhadora<sup>2</sup>.

A propaganda anticomunista veiculada pelo governo, e que contava com o apoio de diversos setores e instituições da sociedade, como da Igreja Católica, procurava atingir todos os cidadãos e atribuía aos membros daquele partido a condição de inimigo da pátria e a de subversivo a serviço dos interesses soviéticos. Entretanto, não era somente o comunismo que, na visão dos católicos, ameaçava a expansão da religião. A difusão de outras religiões, como o espiritismo, o protestantismo, o movimento

---

<sup>2</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. p. 93.

maçônico e o próprio crescimento da sociedade urbana que se articulava em função da indústria contribuiriam para o esvaziamento da Igreja.

Este cenário exigiu da Igreja uma mudança em relação à sua política de relacionamento com o laicato. Desde o final do século XIX, o Papa Leão XIII já estabelecera uma política de ação social na qual dava prioridade à participação do leigo e passou assim a estimular sua ação junto aos sacerdotes. No início do século XX, o Papa Pio XI (1922-1939), através da sua Encíclica “Ubi Arcano Dei” (1922), chamou os leigos para se inserirem no programa da Ação Católica e definiu a mesma como a participação dos leigos no apostolado hierárquico.

No Brasil, o programa da Ação Católica foi oficializado em 1935, mas, mesmo antes de sua oficialização, estavam em ação no Brasil alguns núcleos da “Juventude Feminina Católica” (JFC) e em menor número, estava presente também a “Juventude Católica Brasileira”. Para os adultos casados havia a “Homens da Ação Católica” (HAC), também a “Liga das Senhoras Católicas”<sup>3</sup>.

A Ação Católica, subdividida em: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC), tinha como objetivo principal formar líderes católicos leigos para agirem em seu meio na recristianização da sociedade<sup>4</sup>.

Num segundo momento somaram-se mais dois movimentos: a Juventude Agrária Católica (JAC) para os jovens do campo, e a Independente Católica (JIC), que deveria reunir os jovens que não se encaixavam nas demais categorias<sup>5</sup>.

Durante as décadas de 1950 e de 1960, à medida que a sociedade se politizava, setores do clero acompanhavam e agilizavam este movimento. Como meio de desenvolver a economia de determinada região, viu-se a necessidade de conscientizar seus habitantes a respeito das causas de seus problemas e sobre as múltiplas possibilidades de resolvê-los. Neste sentido, começaram a atuar as escolas radiofônicas, através das quais não somente se praticava a alfabetização, mas também a conscientização. O Movimento de Educação de Base (MEB), incentivado pela Igreja nos primeiros anos da década de 1960, recebeu financiamento do governo Jânio Quadros<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> DALE, Frei Romeu (org.). *A Ação Católica Brasileira*. p. 26

<sup>4</sup> *Ib.* p. 27.

<sup>5</sup> *Ib.* p. 27-28.

<sup>6</sup> MATOS, Henrique Cristiano. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. p.148-149.

Neste período, os grupos da Ação Católica passaram por uma profunda transformação, pois estavam cada vez mais próximos das questões políticas e, devido a isto, receberam críticas provindas dos grupos católicos mais conservadores e contrários a este envolvimento, o que resultou no desligamento de vários membros, principalmente depois de deflagrado o golpe de 1964.

Merece destaque também na década de 1950, a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A fundação aconteceu em outubro de 1952, no Rio de Janeiro. O primeiro presidente eleito da CNBB foi o Cardeal Dom Carlos de Vasconcelos Mota, sendo Dom Hélder Câmara aclamado secretário-geral. A fundação da CNBB propiciou o diálogo à exposição dos grandes problemas pastorais do país. Favoreceu uma ação conjugada na busca de uma evangelização capaz de atender à realidade do povo na sua diversidade regional<sup>7</sup>.

Na década de 1960, assim como as instituições políticas, a Igreja também foi surpreendida pelos acontecimentos. Pouco antes de golpe militar, setores tradicionalistas haviam promovido em São Paulo e no Rio de Janeiro manifestações populares de cunho anticomunista “em nome da fé”, como já vimos, as chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. O Episcopado nacional mostrou-se, em um primeiro momento, perplexo e hesitante. Foi difícil para a Igreja oficial superar a visão tradicional de cristandade, vigente até a década de 60. As divergências entre os bispos eram notórias, e é possível que precisamente o recrudescimento do regime tenha sido o responsável por uma maior coesão entre o episcopado. E foi por meio da experiência direta e imediata da iniquidade do sistema, com seus altíssimos custos políticos, econômicos e humanos, que a Igreja começou a ter consciência mais clara da incompatibilidade entre as pretensões totalitárias dos militares e a verdade do Evangelho. Surge, então, entre os bispos uma solidariedade cada vez mais firme, e os próprios acontecimentos e contradições levarão a uma profunda mudança no modo de ver a presença e a missão da Igreja na sociedade<sup>8</sup>.

Em meados da década de 1960, a Igreja no Brasil encontrava-se em uma verdadeira encruzilhada histórica. São anos de buscas e ansiedades, mas igualmente de grande vitalidade e esperança. Aparecem no âmbito nacional instituições de formação para agentes de pastoral no campo da liturgia, eclesiologia e ciências humanas. Já na segunda metade da década de 60 a caminhada da Igreja no Brasil é marcada por uma

---

<sup>7</sup> MATOS, Henrique Cristiano. Op. Cit. p. 152-159.

<sup>8</sup> CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. *As relações Igreja-Estado no Brasil*. v.1. p. 37-38.

reviravolta histórica. Lentamente se consolida uma nova auto compreensão eclesial, que põe fim ao secular modelo de cristandade. Várias circunstâncias prepararam o desencadeamento desse processo: os movimentos renovadores em curso desde a década anterior; o Concílio Vaticano II; a instalação do regime militar e sua radicalização com o Ato Institucional nº 5, de 1968, suprimindo o Estado de Direito; a II Conferência do Episcopado Latino-Americana, em Medellín (1968). Abre-se um período de forte questionamentos, de conflitos, avanços e, às vezes, de recuos<sup>9</sup>.

Com o anúncio de um Concílio em 25 de janeiro de 1959, o papa João XXIII iniciava um processo não somente de atualização, mas, principalmente, de renovação da Igreja: um Concílio ecumênico no sentido de promover o encontro com as demais confissões religiosas. Na verdade, a intenção do Papa era “abrir portas e janelas para que o sopro da renovação, que o Espírito Santo traz, entrasse na Igreja”<sup>10</sup>. Foi com esta intenção que o papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II.

Talvez o ponto de partida do Papa João XXIII para a convocação de um novo concílio, tenha sido a sua angústia diante do momento social e eclesial do século XX. O mundo, especialmente após a segunda guerra, estava vivendo um processo de secularização e ateísmo muito fortes, com um descrédito generalizado das instituições, inclusive a Igreja. O que fazer? Diante da crise generalizada das instituições, ao menos a instituição Igreja daria ao mundo um testemunho coerente. Para isto a necessidade de repensar a identidade e a missão da Igreja no mundo moderno<sup>11</sup>.

Aberto em 11 de outubro de 1962, pelo Santo Padre o papa João XXIII e encerrado em 08 de dezembro de 1965, pelo Santo Padre o papa Paulo VI, o Concílio Vaticano II foi um divisor de águas na história da Igreja, pois o mesmo veio dar novos rumos para a Igreja diante dos desafios impostos pelo século XX. Ele foi fundamentalmente um Concílio da Igreja sobre a Igreja, tendo sido apresentada como “o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”<sup>12</sup>. O fim do Concílio Vaticano II inaugurou uma nova fase na vida da Igreja.

Com o encerramento do Concílio Vaticano II, a Igreja, no Brasil, vai conseguindo, aos poucos, consolidar uma nova auto-compreensão eclesial. Além do

---

<sup>9</sup> MATOS, Henrique Cristiano. Op. Cit. p. 173.

<sup>10</sup> TAVARES, Sinivaldo (org.). *Memória e profecia*. A Igreja no Vaticano II. p.47.

<sup>11</sup> TAVARES, Sinivaldo (org.). *Memória e profecia*. A Igreja no Vaticano II. p.47.

<sup>12</sup> LG 01.

concílio Vaticano II, os movimentos renovadores em curso desde os anos 50, e a 2ª Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968) vão ajudar nesta auto-compreensão da Igreja.

A partir de então, abre-se um período de fortes questionamentos, de conflitos, avanços e, às vezes, de recuos. Não seria possível compreender a Igreja no Brasil, sem considerar as modificações no interior da Igreja Católica trazidas pelo Concílio e as mudanças sócio-políticas da América Latina marcada pela dominação e opressão.

Outro fato relevante para compreender a caminhada da Igreja no Brasil na década de 60 é o confronto da Igreja com a autoridade militar. A crítica da Igreja ao regime militar foi mais ampla do que parece. De início a Igreja Católica posicionou-se a favor do golpe militar e, conseqüentemente, da ditadura militar. Meses depois, percebendo as verdadeiras intenções do governo, e acolhendo as decisões do Concílio Vaticano II, reposicionou-se, passando a ter uma atitude contrária e de combate ao governo militar. Diante dessa atitude da Igreja, contrária ao regime militar e suas práticas, a Igreja passou a ser, durante muitos anos, praticamente a única voz dentro do país que se levantou para protestar contra o arbítrio, que ia desde o incentivo à delação, a censura à imprensa, às torturas e aos assassinatos. Foi a partir desta experiência de opressão e dominação, que acabou surgindo a Teologia da Libertação, que não era a linguagem “da” Igreja, mas “de parte” da Igreja. Era a linguagem que considerava o Concílio e os planos de pastoral, não como um ponto de chegada, mas, sim, um ponto de partida. Uma Igreja dinâmica, participativa em que o leigo pudesse assumir o seu lugar e a sua missão. Uma Igreja que, fiel ao Evangelho, tivesse uma presença transformadora na sociedade<sup>13</sup>, no meio operário, estudantil, agrário. Uma Igreja que não tivesse medo de lutar contra a opressão e a dominação que imperava no país. Uma Igreja que fosse sinônimo de Povo de Deus.

Dentro dos movimentos de renovação presentes na Igreja no Brasil na década de sessenta, encontrou-se a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

A JEC era um movimento de ação católica que atuava na política estudantil e procurava levar para o meio estudantil o valor do Evangelho<sup>14</sup>. Era formado por estudantes do hoje chamado de segundo grau.

---

<sup>13</sup> SEDOC. *Manifesto dos padres de Botucatu*. Petrópolis: Vozes, v.01, n.02, p. 169-173, (jun.) 1968.

<sup>14</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História*. Op. cit. p. 141.

A JEC tinha uma penetração mais fácil e expressiva nas escolas públicas. Já nas escolas católicas, o movimento sofria restrições e resistências por parte da direção religiosa, motivadas pelo acentuado espírito crítico dos jecistas em relação ao rígido regime interno das escolas. Com a implantação do regime militar no Brasil a partir de 1964, a Juventude Estudantil Católica foi se extinguindo, pois, a repressão por parte do governo às manifestações estudantis, tornava-se cada vez mais forte, diminuindo o poder de mobilização dos alunos. Para consolidar tal situação, ocorreu a substituição das organizações estudantis pela inclusão, na grade curricular das escolas, da disciplina Educação Moral e Cívica e pela instituição dos centros cívicos escolares. Com a JEC extinta, por parte dos estudantes secundaristas houve integração à JUC, que sobrevivia com muita dificuldade devido à perseguição e à repressão do regime instalado no Brasil, mas que logo também deixaria de existir, não resistindo à forte pressão da ditadura que a taxava de subversiva e comunista<sup>15</sup>.

A JUC tinha por proposta procurar um modo cristão de fazer história (a cultura como práxis) e nesse novo modo cristão de fazer história, encarnar a mensagem, que é Cristo. Tinha também como proposta buscar uma maneira de fazer com que os construtores do mundo (a cultura como produto) encontrassem (em outra ordem) um Cristo que vive e age na história. Usando uma linguagem religiosa, dizer que esse “humanizar o mundo”, fazê-lo para o homem, é “consagrá-lo”, ou seja, afirmar nele a presença atuante do Cristo.

O “lugar militante” dos membros da JUC seria “os sinais dos tempos”, usando a linguagem da constituição “Gaudium et Spes”, do Vaticano II. Por seu método de trabalho, a JUC se orienta para a ação e para a transformação das pessoas com quem entra em contato. O objetivo da JUC; o movimento não era ter uma produção própria de um pensamento sistemático ou científico. Mas a partir do seu método, de ação-reflexão, a experiência do movimento pode alimentar uma consciência de um “modo de ser cristão”, que pode ser capitalizada como uma memória. É esta memória que, por sua vez, pode se apresentar como objeto para uma teologia pastoral, se é percebida como consciência coletiva, ou teologia espiritual, se é olhada como conjunto de itinerários de indivíduos.

Identificados com o meio estudantil, os jucistas têm como primeiro espaço de ação a universidade, a qual, por natureza, tem como principal tarefa a reflexão e o

---

<sup>15</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História*. Op. cit. p. 141.

trabalho sobre a cultura, tanto nas suas dimensões científica e técnica, quanto filosófica e política. O lugar da JUC pode assim ser considerado um espaço de fronteira, que se situa no ponto de contato da “periferia da Igreja” com “seu exterior”, do cristianismo com a cultura, da fé com o ateísmo. Sua ambição é fazer passar a experiência de Jesus Cristo além dessa fronteira, pela colaboração entre as pessoas. Não se trata somente de “conseguir colaborar num agir correto”. Trata-se também de, na medida do possível, encontrar-se com os outros na busca de um sentido para o mundo e para a história em construção e de, por essa, tornar possível a proposta de uma mensagem de transcendência<sup>16</sup>.

É dentro deste contexto que eclodiram inúmeros movimentos contestadores em muitos lugares do mundo: França, Alemanha, Estados Unidos, Brasil, México, dentre outros. Com formas, objetivos, alcance e organização variados, um ponto comum importante foi a questão da juventude ou, de forma mais precisa, do Movimento Estudantil. Foi uma onda que abalou jovens de várias partes do mundo e que levou a Igreja a se abrir e a dialogar mais com esses movimentos.

Fundamentalmente, os movimentos estudantis dos anos 60 não foram um fenômeno exclusivo dos países “desenvolvidos”, só pelo fato de terem eclodido na Europa. Mas foi um fenômeno que segundo Luiz Dario Ribeiro, “não aconteceu em Paris, não aconteceu em Berlim, não aconteceu em Roma: aconteceu em todo o planeta” (HOLZMANN, p. 24).

Como fenômeno universal os Movimentos Estudantis variaram de região para região, tiveram intensidades variadas, características diversificadas e histórias diferentes. Mas apesar da diversidade nacional, regional e étnica destes Movimentos, havia uma base comum: Primeiro se tratava de movimentos de juventude universitária com origem principalmente das classes médias; segundo, os movimentos se deram principalmente nas grandes cidades, que eram centros políticos e econômicos (Paris, Berlim, Roma, Londres, Nova Iorque, México, São Paulo, Rio de Janeiro, Praga, etc...); e terceiro, tinham como “causa” um contexto histórico geral em comum: fatores geopolíticos como a guerra Fria e a descolonização da Ásia e da África, fatores sócio-econômicos como o enorme avanço da economia mundial no Pós-2ª Guerra Mundial e a ascensão das novas classes médias (mais ligadas aos setores de serviços e técnicos) e

---

<sup>16</sup> (JUVENTUDE Universitária Católica. Disponível em: <http://www.itf.org.br/index.php?pg=conteudo&revistaid=6&fasciculoid=53&sumarioid=648>. Acesso em: 20 março 2019, 22:47:26.

fatores político-culturais como as transformações nas universidades, os novos radicalismos e a contracultura.

Segundo Ribeiro (HOLZMANN, p. 19) o ano de mil novecentos e sessenta e oito teve as suas origens. Segundo ele, uma delas foi a regressão do mundo no pós-2ª Guerra Mundial, quando as mulheres tiveram que voltar do espaço público que ocuparam durante o grande conflito, como produtoras e prestadoras de serviço, para as atividades domésticas (um regresso da sociedade para um patamar de patriarcalismo que parecia ter sido superado). Outra origem, segundo Ribeiro, foi a deficitária realização, no mundo de pós-guerra, das promessas democráticas que conduziram a luta contra o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial. Outro aspecto foi a hegemonia dos Estados Unidos no período pós-guerra, dominando e determinando o modo de organização da sociedade, da economia e da vida.

Para Poerner (POERNER, p. 16-17) foram inúmeros temas comuns que originaram esta chamada “onda mundial” de revoltas juvenis, tais como: a forte crítica ao imperialismo norte-americano (inclusive dentro dos Estados Unidos nos protestos contra a Guerra do Vietnã); a crítica à convivência soviética para com o imperialismo americano e sua tese da “convivência pacífica”; os temas da democracia radical na sociedade e na Universidade; solidariedade aos movimentos antiimperialistas de libertação nacional (Vietnã, África, Ásia e América Latina; influência dos socialismos do “terceiro mundo”; propostas de reestruturação e transformação da vida cotidiana e da cultura em conjunto (não após) à transformação política e econômica, sob influência da Revolução Cultural Chinesa, por um lado, e da Contracultura e dos hippies, por outro.

Com relação a este último aspecto citado, observa-se que em todos os movimentos sempre houve ações efetivas na arte e na contestação de valores e tradições da vida cotidiana, como por exemplo: no Brasil (cinema novo, canção de protesto e tropicalismo); nos Estados Unidos (movimento hippie, drogas psicodélicas, busca de misticismos orientais, poesia beat, relações tensas, mas complementares entre radicalismo estudantil e contracultura); na França (grafites, panfletos); no mundo socialista soviético (literatura e teatro de dissidentes); na Revolução cultural Chinesa (cartazes e caricaturas), entre outros.

De acordo com Poerner (POERNER, p. 18), um importante ponto de partida para compreender a atuação dos Movimentos Estudantis de 1968 seria ao que se refere às transformações enfrentadas pela instituição de onde brotaram tais movimentos: A Universidade. Mas, segundo ele, a questão universitária foi a ponta de lança que levou o

movimento estudantil a questionar praticamente todas as instituições, valores e políticas da sociedade e do sistema mundial de então. Por isso é que Con-bendit (CON-BENDIT, p. 49) vai afirmar que “a crítica da universidade era uma crítica fundamentalmente política, tão radical que colocava em questão toda a sociedade”.

É nesta mesma linha referente a questão universitária que Poerner (POERNER, p.38) vai afirmar que “*a universidade é o lugar onde as pessoas começam seriamente a questionar as condições de sua existência e levantam o tema a respeito da maneira como podem se comprometer com a sociedade em que nasceram*”.

A partir da insatisfação e protestos relativos à “crise da universidade”, os movimentos estudantis ampliaram seus questionamentos a ponto de abarcar praticamente todos os problemas sociais, como se os estudantes se considerassem a consciência crítica de um sistema social que se auto-alienava diante das injustiças econômicas e dos desmandos da geopolítica da Guerra Fria.

A abrangência das preocupações do movimento estudantil, segundo Ribeiro (HOLZMANN, p.22-24), logo extrapolou o universo das unidades acadêmicas, ainda que esta práxis, segundo ele, em direção à sociedade estivesse “*muitas vezes carregada de arrogância, elitismo, populismo e pretensão*”. Mesmo assim, os movimentos estudantis foram capazes de grande criatividade, foram ousados em práticas que revolucionaram (mesmo que apenas momentaneamente) as relações de ensino, as relações cotidianas, as artes e os valores.

Em si mesmos, os movimentos estudantis eram práticas de transformação social, exemplos a serem seguidos ou invejados por outros jovens e outros setores sociais, segundo o que afirma Ribeiro (HOLZMANN, p.25).

Diante destas práticas de transformação social empreendida pelos movimentos estudantis, as reações dos diversos segmentos sociais foram variadas, entre os extremos do apoio entusiasta da população às passeatas estudantis e da aversão dos adultos que chegou a caracterizar um verdadeiro “conflito de gerações” (HOLZMANN, p.126).

São vários os casos bem sucedidos de relação com outros setores sociais. Isso se observa na integração que houve de diversos setores sociais com os estudantes nas passeatas, um fenômeno muito mais característico dos movimentos do terceiro mundo, especialmente na América Latina, como Brasil e México, onde o manifesto estudantil representava diversos graus de insatisfação e demandas da sociedade civil em seu todo contra regimes autoritários. Um exemplo dessa integração do Movimento Estudantil com outros setores sociais foi na cidade do México, em setembro de 1968, quando o

movimento estudantil convocou a “Marcha do Silêncio”. Uma passeata com milhares de pessoas em completo silêncio, isto para provar que o movimento estudantil não era formado por arruaceiros e vândalos, como queria fazer crer o governo mexicano, mas sim por jovens organizados e com objetivos claros. Outro exemplo foi aqui no Brasil, a passeata dos 100 mil que aconteceu de junho de 1968 na cidade do Rio de Janeiro. Foi uma marcha pacífica de uma multidão formada não só por estudantes, mas pela população da metrópole, com apoio de diferentes categorias sociais, em destaque as classes médias intelectualizadas.

O Movimento Estudantil e as grandes manifestações de 1968 no Brasil foram anteriores aos acontecimentos ocorridos em Paris e que desencadeou uma onda mundial de revoltas. Três meses antes de ocorrer o levante dos estudantes parisienses, no Rio de Janeiro em 28 de março de 1968, um secundarista carioca chamado Edson Luís foi morto numa operação policial de repressão a um protesto em frente ao restaurante universitário “Calabouço”. Deu-se uma comoção nacional. O enterro fez-se acompanhar por uma multidão de 50 mil pessoas, estando presentes inúmeros intelectuais e artistas. A partir daquele momento o Brasil entraria nos dez meses mais tensos e convulsionados da sua história do pós-guerra.

Os protestos estudantis no Brasil estavam acontecendo, e se intensificaram a partir do início do ano de 1968, porque uma grande parcela dos estudantes discordava do governo e de sua política educacional, da qual estavam convencidos de que era o oposto de suas reivindicações. Cabe então a pergunta: o que reivindicavam os estudantes?

De acordo com Paes (PAES, p. 66) os estudantes reivindicavam mais verbas para as escolas e universidades, melhorias nos espaços de estudo, nas bibliotecas e nos laboratórios, modernização dos equipamentos de ensino e pesquisa, ampliação do acesso ao ensino superior e uma política de auxílio aos estudantes mais pobres: bolsas de estudo, assistência médica, transportes e restaurantes mais baratos.

Lutavam também por reformas no ensino e na pesquisa, currículos adaptados ao país, métodos de avaliação objetivos e transparentes, assim como novos professores abertos ao diálogo. Os estudantes buscavam participação, queriam ter voz na construção das políticas educacionais, lugar nos órgãos de decisão, enfim, a democratização das escolas e universidades brasileiras (PAES, p. 66-67) .

Segundo Junior (JUNIOR, p.81), em 1968 já eram raras as lideranças estudantis desvinculadas aos partidos de esquerda. Partidos que exerciam enorme influência no

meio estudantil e polarizavam o movimento. Naquela época, dois blocos se defrontavam: de um lado a Ação Popular, parcialmente apoiada pelo partido Comunista do Brasil (PC do B) e pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do outro lado as dissidências do Partido Comunista Brasileiro, aliadas à Organização Revolucionária Marxista – Política Operária e em certos momentos ao próprio PCB.

A “Ação Popular” enfatizava as denúncias políticas gerais e as lutas de rua, enquanto as “Dissidências” e seus aliados preferiam concentrar a atenção nas lutas reivindicatórias e na articulação e organização nas escolas e nas universidades. Ambas as orientações não excluía a luta política nem a luta reivindicatória, mas a prioridade entre elas (JUNIOR, p. 81-82).

Refletindo a polaridade dos partidos de esquerda do país, os estudantes não chegavam a um acordo sobre as opções de luta. Mas no congresso da UNE, ainda no começo de 1968, por maioria apertada, optaram pela segunda posição (PAES, p. 66).

Após o congresso, estudantes da USP, FGV e PUC ocuparam suas Reitorias reivindicando mais vagas. No Rio de Janeiro, os estudantes do Calabouço (nome do restaurante mantido pelo Ministério da Educação, no centro da cidade do Rio de Janeiro) não aceitavam as condições de reabertura de seu restaurante, que havia sido fechado para impedir as “manifestações subversivas”, e no dia 28 de março organizaram uma passeata pela melhoria de suas condições. A passeata que iria do Calabouço até a Assembléia Legislativa foi impedida pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, que recebido com vaias pelos estudantes, invadiu o Restaurante de armas nas mãos e começou a atirar. Feriram alguns a bala e outros a cassetetes. Mataram o estudante Edson Luís de Lima Souto. As manifestações de repúdio ao assassinato foram imediatas e de grandes proporções em todo o país. Segundo Junior (JUNIOR, p. 82), compareceram ao enterro do estudante mais de cinquenta mil pessoas, que ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: “Neste luto, começou a luta!”.

Contudo, a mesma Polícia Militar repetiu a agressão na missa de 7º dia, quando atacou covardemente os que assistiram as cerimônias na saída da Igreja da Candelária, no centro Rio de Janeiro. Soldados a cavalo encontravam-se com estudantes, padres, intelectuais e populares (HOLZMANN, p.31).

Nos meses seguintes, afirma Paes (PAES, p. 67), sucederam-se greves, ocupações e passeatas, sempre reprimidas pela polícia. A denúncia do imperialismo, presente em todos os anos, agora ampliava-se com protestos contra a Guerra do Vietnã. O ápice de tais protestos deu-se na segunda metade do mês de junho de 1968, com 17

grandes passeatas em 8 capitais de estado. No Rio de Janeiro, no dia 20 de junho a polícia reprimiu com muita violência estudantes em passeata no centro da cidade, na chamada “quarta-feira sangrenta”. No dia seguinte, a polícia encurralou no Estádio do Botafogo centenas de estudantes que estavam em Assembléia na Universidade Federal. No dia 22, aconteceria a “sexta-feira sangrenta”: a população apoiou os estudantes e também atacou a polícia, e o confronto que se estendeu até o final da tarde deixou muitos feridos e mortos.

Em resposta, convocou-se um ato de protesto no dia 26. Seria a passeata dos cem mil, onde os estudantes bradavam: “Abaixo a ditadura” ou “povo unido jamais será vencido”. Ao lado dos estudantes estavam artistas, membros do clero, das classes médias e até trabalhadores. O movimento ganhava ampla legitimidade. Apesar do caráter pacífico da passeata, que não teve conflitos com a polícia, o tema da violência marcou o tom dos discursos dos líderes estudantis (JUNIOR, p. 83). Diante desses acontecimentos, afirma Paes (PAES, p. 68), o presidente Costa e Silva exclamava: “não permitirei que o Rio se transforme numa nova Paris”.

A esquerda, destacadamente a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), manteve-se atuante realizando ações com o objetivo de obter armas e dinheiro para a guerrilha, afirmam Paes (PAES, p.68) e Junior (JUNIOR, p. 88).

O conflito entre a Igreja e o regime militar também se aprofundou. Um documento lançado pela CNBB, “*A doutrina de Segurança Nacional à luz da Igreja*”, revelava que o conflito não era apenas político, mas também ideológico, é o afirmam Paes (PAES, p. 69) e Junior (JUNIOR, p. 83-86).

Para fazer frente a assim chamada “esquerda católica”, a “direita católica radical” voltou à carga com a TFP (Tradição, Família e Propriedade) combatendo o que chamava de “infiltração comunista no clero”, bem como incentivando organizações paramilitares e suas ações terroristas. Organizações de direita como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Movimento Anticomunista (MAC), Frente Anticomunista (FAC), além dos atentados às peças teatrais “Roda-viva”, em São Paulo, “O burguês fidalgo”, no Rio de Janeiro, e a explosão no Teatro Opinião, também no Rio de Janeiro, desencadearam com provocações uma verdadeira guerra entre alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP (PAES, p. 69). Essa situação culminou com a chamada “batalha da Rua Maria Antonia”, em outubro de 1968, entre os estudantes de Filosofia da USP e os estudantes da Mackenzie, que travaram um violento

duelo. Ao final, a Faculdade de Filosofia foi incendiada, sob o olhar conivente da polícia (HOLZMANN, p.31-32).

Toda essa situação, em meio a greves, aumentou o clima de tensão que acabou desembocando em dezembro de 1968 na decretação do AI-5, que suspendeu os direitos políticos dos cidadãos e revelou em definitivo a cara do regime. A ditadura “legitimava-se” por um ato final e definitivo de força.

Assim, o memorável ano de 1968, demonstrou ser um ano e talvez o último, onde as manifestações puderam ocorrer de forma direta no país. O primeiro passo para o fim desta “liberdade de manifestar” foi dado pelo Presidente Costa e Silva, precisamente numa sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, pelo Ato Institucional nº 05, que, segundo GASPARI (2002, p. 299) foi “um golpe dentro do próprio golpe”.

A Igreja, vivendo um novo momento da sua história na América Latina com a realização do Concílio Vaticano II que a luz deste Concílio acabava de realizar a sua II Conferência Episcopal Latino-americana, em Medellín, considerada com a recepção inovadora do Concílio na América Latina, não podia se calar, diante do compromisso assumido em Medellín em defender a justiça, a dignidade humana e que afirmara “sua impossibilidade de participação na vida da sociedade, provoca na juventude uma certa marginalidade forçada”, não poderia ficar apática aos acontecimentos referente ao movimento estudantil. Por isso, os Bispos do Brasil, ao terminar a IX Assembleia Geral da CNBB, em 20 de julho de 1968, apresentaram uma Declaração Oficial sobre o tão delicado momento em que o Brasil passava. O documento foi dividido em oito itens: Introdução, Exigências de Nosso Desenvolvimento, Violência e Não-violência, Segurança, Educação para o Desenvolvimento, Exigências do Planejamento, Fé e Imperativos do Desenvolvimento e Conclusão. Os bispos afirmaram que essa declaração seria “*ressonância e continuidade de pronunciamentos, como o de Paulo VI, na Populorum Progressio e do documento objetivo e corajoso que a 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana estudará em Medellín em fins de agosto*” (SEDOC, p. 445). Dentre muitas colocações, os bispos afirmaram que não concordavam “*com o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, principalmente ao direito de livre expressão e reunião(...)*” (SEDOC, p. 445)e, falando contra a violência e a repressão, que para o governo militar parecia ser a única solução, sustentavam: “*o radicalismo de posições ideológicas, que impedem o diálogo construtivo e a busca solidária de soluções e a serviço de todos, contradiz o evangelho*” (SEDOC, p. 446), aludindo em

seguida aos acontecimentos que se sucederam em Osasco (operários) e Botucatu (estudantes).

Um grupo de doze Bispos não concordou com tal declaração e enviou ao Presidente da República, Arthur da Costa e Silva outra declaração, onde asseguravam que não concordavam com o pronunciamento oficial da CNBB, esclarecendo que nem todos os bispos, padres e leigos católicos “*tinham tendências esquerdistas e subversivas*” (SEDOC, 448) como dava a impressão tal pronunciamento da CNBB, uma vez que, pensando assim, corria-se o risco de levar o país ao caos e, por uma revolução social “*sujeitá-lo a uma situação idêntica ou semelhante à que o tirano Fidel Castro impôs em Cuba(...)*” (SEDOC, p. 448).

Com esta declaração dos doze bispos brasileiros, ficavam muito claras as divergências de mentalidade no episcopado brasileiro, evidenciando as alas nas quais se dividia a Igreja Católica do Brasil, seja no aspecto religioso como no político.

Contra os estudantes, o governo militar reservou para o início do ano de 1969 o Decreto nº 477, que estipulava que: fazer ou participar de greve, passeata ou simplesmente distribuir “material subversivo” era um grave delito. A partir de então os estudantes viram seu espaço constantemente cercado e vigiado.

Isto não significou para os jovens estudantes que a batalha foi em vão, pelo contrário. Segundo VENTURA (1988, p.44-46), uma das maiores heranças dessa geração foram as novas relações que esses jovens criaram. Relações que hoje são refletidas na convivência e educação entre pais e filhos, aluno e professor, no movimento feminista, na igualdade de direitos, na preocupação mundial com a ecologia e em outros âmbitos. Foi uma juventude que pela sua garra pode vivenciar o movimento de renovação cultural e politização, atingindo e repercutindo em vários campos como na música, teatro e poesia. Uma juventude que se encantava com o novo e criavam ideais. Eram jovens, estudantes mostrando sua cara.

De acordo com VENTURA (1988, p.46), a contabilidade nunca foi feita, mas é provável que os estudantes inscritos nas escolas e faculdades brasileiras de 66 a 68 tenham passado mais tempo na rua do que nas salas de aula. Dizia-se até que estudantes só queriam fazer política.

A história mostra que a teologia que não responde mais aos estímulos de uma realidade que se transforma torna-se estagnada e superada. Já que nesse período a Igreja foi praticamente o único meio de participação social dos cidadãos, os debates promovidos pela Igreja focando as causas sociais, amenizaram as dificuldades dos

estudantes membros da JUC em relação as divergências entre as formas de ação propostas por eles e a orientação doutrinária da hierarquia da Igreja católica.

Assim a Igreja, ao abrir diálogo com os movimentos estudantis e sociais, foi o canal para a participação sócio-política dos mesmos durante a década de 70 e também o caminho para a conscientização destes grupos populares que mais tarde se organizaram para lutar por questões sociais mais específicas, como foi o caso da Pastoral da juventude que nasceu destes movimentos estudantis e que hoje atuam na Igreja e na sociedade.

### **Considerações finais**

Abordamos alguns aspectos importantes referentes ao Movimento Estudantil de 1968, e sua influência no que se refere a quebra de paradigmas, e assim pudemos comprovar que o ano de 1968 com a atuação marcante do Movimento Estudantil, foi um acontecimento com múltiplas dimensões e várias conseqüências. Uma delas, talvez a principal, foi a capacidade de tal movimento abalar, de certa forma, várias estruturas de pensamento e de organização do poder em todo o Brasil e na Igreja, levando-a a um diálogo a partir dos anseios da juventude.

Esse período, com seus acontecimentos, contribuiu para sacudir os valores da velha sociedade e estabelecer novos padrões. Mesmo não acontecendo a revolução social e as mudanças políticas esperadas, o movimento conseguiu realizar uma verdadeira revolução de costumes, onde se sentia a necessidade de quebrar velhos tabus e destruir valores estabelecidos tais como: o fim do autoritarismo no relacionamento entre pais e filhos, na escola e em outras situações, do novo papel da mulher na sociedade, dos direitos das minorias étnicas, do respeito ao meio ambiente.

O lema mais conhecido de 1968 talvez tenha sido “É proibido proibir”, pois estava presente nas paredes, nas canções, nas falas e nas mentes. Na verdade, ele exprimia o brado de revolta de jovens do mundo inteiro.

Dentro dessas perspectivas os jovens da geração de 1968, acreditavam na possibilidade de tornar realidade seus sonhos, um mundo, ou melhor, um país democrático, sem autoritarismo, discriminação e alienação. A radicalidade apareceu nesse período com uma grande ênfase, eram os cabelos longos, roupas coloridas e muita música. Essa nova forma trouxe maneiras diferentes de se pensar e compreender o

mundo, fazendo com que esses jovens lutassem contra alguns paradigmas até então estabelecidos.

Paradigmas foram também desconstruídos dentro das universidades e na própria Igreja Católica após 1968, que além do Concílio Vaticano II foi influenciada na sua mudança de posição pela Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín (Colômbia), em 1968, pois Medellín traduziu para a América Latina as grandes linhas do Concílio Vaticano II e a partir daí, a Igreja latino-americana começava a se tornar “Igreja Povo de Deus” mais atenta a questão “corpo e espírito”. Depois da Conferência de Medellín, a Igreja não tinha mais condições de fingir que tudo estava bem, enquanto muitos de seus membros eram perseguidos, por isso, a Igreja começou a exercer um papel importantíssimo de diálogo com os movimentos sociais, dentre eles o movimento estudantil, na luta contra a ditadura.

Foi um tempo de quebra de paradigmas, de jovens que enfrentavam a ditadura, que pregavam o amor livre, o fim do tabu da virgindade, questionavam o casamento, a família tradicional, o poder autoritário dos pais, mas que muitas vezes foi mal compreendido, caindo num outro extremo: na luta contra o autoritarismo dos pais, tentou-se construir uma família aberta, com diálogo e compreensão muitas vezes deixando de lado a necessidade de estabelecer limites na educação dos filhos, não sabendo estabelecer um equilíbrio. Se o tabu da virgindade caiu, do amor livre ouvem-se os ecos no mundo pós-Aids. A liberdade sexual tão cobiçada e conquistada pela geração de 68 transformou-se em algo que aquela própria geração combatia: o fortalecimento da indústria da pornografia incluindo casos como a pedofilia e outros. E diante destes questionamentos dos jovens a teologia abriu-se mais tarde também para o diálogo. Afinal sabemos que, é imprescindível para a teologia a tarefa de compreender cientificamente a realidade social, no caso aqui, os movimentos estudantis, mais particularmente o movimento estudantil de 1968, e dialogar com o leque o mais amplo possível de áreas do conhecimento. A maturidade e a consistência da fé requerem da teologia o cumprimento da referida tarefa. (RIBEIRO, 2019, p. 138)

Apesar de algumas limitações, o ano de 1968 foi realmente um tempo de lutas e de mudanças, que leva um grande baque em dezembro com o AI-5 e a intensificação da repressão.

Embora o Movimento Estudantil de 1968 não tenha concretizado o que pretendia, tornou-se sim um símbolo de mudanças e um emblema de uma luta, que mesmo muitas vezes, levantando a bandeira do “é proibido proibir”, confundiu com o “é

permitido permitir”, não deixou de quebrar importantes paradigmas e assim substituir padrões antigos por padrões novos, mesmo que muitos deles não fossem necessariamente melhores.

## **Referências**

- AGUIAR, M. A. *Imprensa e manipulação: O caso das greves de Botucatu-sp na década de sessenta*. Trabalho apresentado na Sessão de Temas Livres, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.
- CARTA de doze Arcebispos e Bispos ao Presidente da República. SEDOC v.1, especial 5, p 448, [set] 1968.
- COHN-BENDIT, D. *O grande bazar: As revoltas de 1968*. Brasiliense: São Paulo, 1988.
- DECLARAÇÃO FINAL da IX Assembleia Geral da CNBB. SEDOC v.1, especial 5, p 445-447, [set] 1968.
- GASPARI, E. *A ditadura Escancarada*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.
- HOLZMANN, L.; PADRÓS, E. S. (org.). *1968 contestação e utopia*. UFRGS: Porto Alegre, 2003.
- JUNIOR, A. M. *Movimento estudantil no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1982.
- LIVRO TOMBO da Cúria n. 1503 (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).
- POSIÇÃO da Igreja. *Folha da Tarde*. São Paulo, 05 agosto 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).
- PAES, M. H. S. *A década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política*. 3ª Ed. Ática: São Paulo, 1995.
- POERNER, A. J. *O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*, 2ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1979.
- ZANLOCHI, T. *Operação Memória: a história da fcmbb e do movimento estudantil botucatuense*. Direção geral de Jovano. Botucatu: Torta digital vídeo produções Ltda., 2003. DVD.
- JUVENTUDE Universitária Católica. Disponível em: <http://www.itf.org.br/index.php?pg=conteudo&revistaid=6&fasciculoid=53&sumarioid=648>. Acesso em: 20 março 2019, 22:47:26.
- VENTURA, Z. *1968 o ano que não terminou*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1988.
- \_\_\_\_\_. *1968 o que fizemos de nós*. Planeta: São Paulo, 2008.
- RIBEIRO, C. O. Teologia e ciências humanas: um casamento perfeito? *Revista caminhando*, v. 14, n. 2, p. 129-139, jul./dez. 2009.

*Recebido em: 26/03/2022*  
*Aprovado em: 29/04/2022*